

# SUMÁRIO

## I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GENERALIDADES DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA

1. Introdução .....	13
2. A dívida ativa da Fazenda Pública .....	19
3. Espécies de dívida ativa da Fazenda Pública .....	26
4. Os requisitos e o momento da constituição da dívida ativa .....	28
5. Conceito de Fazenda Pública e de Fazenda Nacional .....	30
6. A extensão de privilégios às autarquias e às fundações públicas.....	33
7. Empresa pública, a sociedade de economia mista e a cobrança de seus créditos	36

## II – DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Acertamento da obrigação tributária e da não-tributária.....	38
2. Procedimento administrativo de apuração .....	40
3. Lançamento do crédito tributário e do não-tributário .....	45
4. Procedimento administrativo de impugnação do lançamento .....	52
5. Certeza e liquidez da obrigação tributária e não-tributária .....	59
6. Vencimento e exigibilidade da obrigação tributária e não-tributária .....	60
7. Conceito de inscrição da dívida ativa .....	62
8. O termo de inscrição da dívida ativa .....	66
9. Efeitos da inscrição da dívida ativa.....	69
10. Requisitos essenciais da inscrição da dívida ativa .....	71
11. Presunções da dívida ativa inscrita .....	75
12. Inscrição da dívida ativa por órgão incompetente .....	78
13. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN .....	79

## III – DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito de certidão da dívida ativa.....	85
2. Requisitos da certidão da dívida ativa .....	87
3. A identificação e o domicílio ou residência do devedor inadimplente e do res- ponsável pela dívida ativa.....	89
4. A quantia objeto da certidão.....	110
5. Origem e natureza do crédito da Fazenda Pública .....	114
6. Disposição legal específica.....	117
7. Caracterização da inscrição e do procedimento administrativo .....	118
8. Acréscimos e encargos da dívida ativa.....	121
9. Parcelamento da dívida ativa autorizado por lei.....	127
10. Substituição e emenda da certidão da dívida ativa .....	138

## IV – DA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito e natureza da execução fiscal .....	142
2. Estado de Direito e execução fiscal.....	144
3. O sistema previsto no Decreto-lei 960, de 17.12.1938.....	145
4. A unificação do processo de execução e a execução fiscal .....	147
5. A sistemática da nova execução fiscal (Lei 6.830, de 22.09.1980) e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	149
6. Inexistência de sentença na execução fiscal .....	156
7. Execução fiscal e coisa julgada .....	157
8. Execução fiscal como espécie de execução por quantia certa .....	159
9. Requisitos da execução fiscal.....	160
10. Título executivo fiscal .....	162
11. Inadimplemento do devedor .....	164
12. Execução fiscal e ação anulatória de débito fiscal .....	167
13. Legitimação ativa e passiva para a execução fiscal .....	170
14. Execução fiscal e juízo universal.....	175
15. A execução fiscal dirigida ao fiador, ao espólio e à massa falida .....	179
16. O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.....	188
17. Os sucessores a qualquer título .....	195
18. Responsabilidade solidária do administrador judicial e outros administradores. ....	197
19. Meação da mulher casada e co-responsabilidade tributária do marido .....	202
20. Ordem de preferência do crédito tributário e não-tributário e a extensão de benefícios tributários a toda a dívida ativa .....	205
21. Contribuições previdenciárias .....	208
22. Bens que respondem pelo pagamento da dívida ativa .....	221
23. Responsabilidade dos auxiliares da justiça .....	225
24. Processo administrativo.....	228

## V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Pressupostos processuais e condições da ação .....	234
2. Da jurisdição e competência.....	235
3. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Federal .....	241
4. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal .....	246
5. A competência para as ações das autarquias e das fundações públicas .....	249
6. Da petição inicial, seus requisitos e sua simplificação.....	253
7. Do objeto da execução fiscal .....	257
8. Dos atos da execução fiscal.....	258
9. Das nulidades da execução fiscal.....	263
10. Não sujeição da petição inicial ao pagamento de taxa judiciária ou preparo ....	267
11. Acumulação de pedidos ou reunião de execuções .....	276
12. O valor da causa e sua impugnação.....	279

13. Intimação dos atos da execução fiscal .....	285
14. Intimações ao representante processual da Fazenda Pública .....	288
15. Intervenção do Ministério Público na execução fiscal .....	292

## VI – DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Do ajuizamento e da propositura da ação de execução fiscal .....	293
2. Da distribuição da execução fiscal .....	294
3. Do despacho inicial: efeitos, arbitramento de honorários e indeferimento da inicial .....	296
4. Da citação do devedor .....	303
5. Finalidade e conteúdo da citação na execução fiscal .....	304
6. Da citação postal .....	306
7. Frustração da citação postal .....	314
8. Citação por edital .....	319
9. Curador especial ao devedor citado por edital .....	322
10. Arresto e citação por edital .....	324
11. Frustração da citação por edital .....	329
12. Da prescrição, sua interrupção e sua suspensão .....	331
13. Da prescrição intercorrente .....	340
14. Dispensa da citação .....	346
15. Do executado não encontrado e sem bens penhoráveis .....	348

## VII – DA PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Penhora ou garantia da execução fiscal .....	353
2. Penhora pelo valor da dívida, juros, multa de mora e encargos indicados na certidão da dívida ativa .....	358
3. Dos depósitos judiciais em dinheiro .....	360
4. Fiança bancária .....	364
5. Nomeação de bens à penhora .....	366
6. Indicação de bens oferecidos por terceiros .....	368
7. Penhora pelo oficial de justiça .....	370
8. Bens impenhoráveis .....	372
9. Arresto de bens do devedor em lugar incerto e não sabido .....	382
10. Remoção de bens penhorados .....	388
11. Pagamento da parcela da dívida e garantia da execução pelo saldo remanescente .....	393
12. Efeitos da penhora na execução fiscal .....	395
13. Intimação da penhora ao executado na execução fiscal .....	399
14. Intimação do cônjuge do executado .....	404
15. O termo e o auto de penhora .....	410
16. Avaliação dos bens penhorados .....	412
17. Obrigação de a avaliação constar no termo ou auto de penhora .....	415
18. Impugnação e decisão sobre a avaliação .....	418
19. Registro da penhora ou do arresto .....	422
20. Substituição e reforço dos bens penhorados .....	424
21. Alienação antecipada dos bens penhorados .....	430

## VIII – DA EXPROPRIAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL ATRAVÉS DA ARREMATACÃO

1. Conceito e natureza da expropriação .....	434
2. Conceito de arrematação .....	438
3. Procedimento da arrematação .....	440
4. Intimação das partes .....	441
5. Edital e sua publicação .....	447
6. A praça e o leilão .....	451
7. Regras especiais para a arrematação de imóveis .....	459
8. Auto de arrematação .....	462
9. Desfazimento da arrematação .....	465
10. Incidentes da arrematação .....	470
11. Carta de arrematação .....	472
12. Dos leilões judiciais nas execuções fiscais da dívida ativa do INSS.....	477

## IX – DAS FORMAS DE PAGAMENTO AO EXEQUENTE

1. Do pagamento ao credor.....	480
2. Do pagamento pela entrega de dinheiro .....	481
3. Do pagamento pelo usufruto de imóvel .....	488
4. Conceito de adjudicação.....	495
5. Adjudicação no sistema do Código de Processo Civil e adjudicação no regime da Lei 6.830, de 22.09.1980 .....	498
6. Adjudicação antes do leilão .....	501
7. Adjudicação após o leilão .....	503
8. Adjudicação por preço superior ao crédito exequendo .....	506
9. O auto e a carta de adjudicação .....	507
10. Da alienação por iniciativa particular .....	510

## X – DA REMIÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Conceito de remição .....	514
2. Espécies de remição.....	517
3. Remição na execução.....	519
4. Remição de bens de devedor .....	525
5. Remição no processo de execução fiscal .....	535

## XI – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO

1. Meios de defesa do executado .....	539
2. Conceito e natureza dos embargos do devedor .....	541
3. Contagem do prazo dos embargos.....	545
4. A petição dos embargos do executado.....	549
5. Autuação dos embargos do devedor .....	553
6. Matéria a ser discutida nos embargos .....	555
7. Requisitos de admissibilidade dos embargos.....	561
8. Rejeição preliminar dos embargos à execução.....	562
9. Efeitos dos embargos do devedor à execução fiscal.....	564

10. Requerimento de prova nos embargos.....	566
11. A reconvenção e a compensação nos embargos.....	568
12. As exceções.....	573
13. Procedimento dos embargos: impugnação, instrução e julgamento.....	575
14. Julgamento antecipado da lide nos embargos.....	581
15. Efeitos do julgamento dos embargos à execução.....	584

**XII – DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ARREMATACÃO,  
DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ALIENAÇÃO,  
DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ADJUDICAÇÃO E  
DA IMPUGNAÇÃO DE CONCORRENTE AO PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO**

1. Generalidades.....	586
2. Matéria dos embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação.....	590
3. Da impugnação de concorrente ao pedido de adjudicação.....	593
4. Processo dos embargos.....	595
5. Ineficácia da arrematação, da alienação ou da adjudicação realizada por credor ou terceiros, sem direito legal de preferência, frente a processo de execução fiscal com penhora sobre o mesmo bem.....	597

**XIII – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO  
POR CARTA PRECATÓRIA**

1. Juízo do foro da situação da coisa.....	600
2. Procedimento dos embargos.....	606
3. Argüição de questões preliminares e de mérito perante o juízo deprecado.....	608

**XIV – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO NA EXECUÇÃO FISCAL**

1. Generalidades sobre embargos de terceiro.....	612
2. Das partes nos embargos de terceiro.....	616
3. Juízo competente.....	624
4. Do procedimento dos embargos de terceiro.....	626

**XV – DOS RECURSOS CABÍVEIS NA EXECUÇÃO FISCAL**

1. Dos recursos em geral.....	634
2. Decisões recorríveis no processo de execução.....	637
3. Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial.....	638
4. Outras sentenças apeláveis no processo de execução.....	642
5. Cabimento do agravo de instrumento no processo de execução.....	646
6. Embargos de declaração, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário no processo de execução.....	650
7. Recursos no processo de embargos do devedor e de terceiros e o valor da execução.....	657
8. Agravo de instrumento em causas de alçada.....	660
9. Do duplo grau de jurisdição e reexame necessário em causa de alçada.....	662
10. Apelação nos embargos do devedor e de terceiros.....	665
11. Embargos de declaração.....	666

12. Embargos infringentes nas execuções de até cinquenta ORTN's .....	666
13. Recurso especial e recurso extraordinário .....	669
14. Recurso contra cálculo de atualização de débito .....	670
15. Autorização legal para o conformismo e desistência da Fazenda Pública Federal em qualquer fase da execução fiscal .....	671
16. Súmulas vinculantes .....	672

#### XVI – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Causas que justificam a suspensão .....	676
2. A exegese jurisprudencial do art. 40 da Lei de Execução Fiscal .....	678
3. Morte ou perda da capacidade processual .....	685
4. Oposição de exceção de incompetência, suspeição e impedimento do juízo.....	689
5. Convenção das partes da execução fiscal .....	690
6. Suspensão da execução por embargos do executado e por embargos de terceiro	691
7. Efeitos da suspensão da execução .....	695

#### XVII – DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Extinção da execução: generalidades .....	696
2. Causas de extinção da execução fiscal.....	698
3. Satisfação da obrigação fiscal.....	699
4. Transação da dívida .....	700
5. Cancelamento da inscrição da dívida ativa e desistência da execução fiscal.....	702
6. Renúncia ao crédito: remissão e anistia fiscal.....	708
7. Declaração da extinção da execução fiscal .....	709

#### XVIII – DA AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITOS FISCAIS, DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

1. Ação anulatória de débitos fiscais.....	711
2. Medida cautelar fiscal .....	716
3. Procedimento da medida cautelar fiscal .....	718
4. Exceção de pré-executividade .....	722
BIBLIOGRAFIA .....	731